



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas**  
**Pública**  
**Departamento de Economia**

**O CUSTO DO DESENVOLVIMENTO – UMA ANÁLISE CRÍTICA AO**  
**NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E SUA APLICAÇÃO NA ECONOMIA**  
**BRASILEIRA**

**Samuel Augusto Magalhães Carvalho**

19/0095318

Orientador: Profº Dr. Ricardo Azevedo Araújo

Brasília - DF

2023

SAMUEL AUGUSTO MAGALHÃES CARVALHO

**O CUSTO DO DESENVOLVIMENTO – UMA ANÁLISE CRÍTICA AO  
NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E SUA APLICAÇÃO NA ECONOMIA  
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
Curso de Graduação em Economia da Faculdade  
de Economia, Administração, Contabilidade e  
Gestão Pública, Departamento de Economia, da  
Universidade de Brasília, como requisito parcial  
para obtenção do título de bacharel em Economia.  
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Azevedo Araújo

Brasília - DF

2023

*“Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isso, facilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo.”*

*(A pré-revolução brasileira, Celso Furtado)*

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esse momento à todas as pessoas que contribuíram a formação de minha pessoal, especialmente nesse período da minha graduação. Gostaria de ressaltar relevância de familiares, professores e amigos aos apoios, incentivos, conselhos e momentos compartilhados.

Agradeço aos meus pais, Betty Janne e Deusimar, por sempre seguirem ao meu lado, movendo montanhas para que mais uma etapa seja concluída em minha vida. A crença no meu potencial, o apoio durante todo o percurso, os valores e princípios ensinados por vocês, foram fundamentais para a minha evolução pessoal e, hoje, crucial para minha formação acadêmica. Não podendo esquecer-los, sou grato aos meus irmãos, Gustavo e Eduardo, pela base, apoio e amizade durante minha infância.

Aos meus amigos, especialmente aos Fofoqueiros e aos Casinhas, agradeço todo o companheirismo, conversas, festas, trabalhos e momentos, bons e maus, que vivenciamos juntos. Também, agradeço a minha namorada, Giovanna, pelo amor e incentivo nessa caminhada.

A todos meus familiares, principalmente meus padrinhos, Tico, Verônica e Cris, por toda a contribuição que tiveram ao longo da minha vida, me ajudando a aprender e transmitir todo o conhecimento e amor que entendi. Também, aos meus primos, especialmente à Anna Clara, pelas conversas e pães de queijo durante as manhãs pelo ICC norte.

Ao meu orientador, professor Ricardo Azevedo, por compartilhar comigo parte de seu conhecimento, ensinamentos, discussões e orientações ao longo desse projeto. Também, agradeço as professoras Adriana Amado e Daniela Freddo pelas aulas, tutorias, conselhos e palavras de ajuda em momentos de grande ansiedade. Ainda, a coordenação e todo o corpo docente da UnB por contribuir e possibilitar minha formação acadêmica.

Por fim, agradeço aos meus cachorros, Mimada, Negão (in memorian) e Nárnia por toda a alegria e amor sincero que proporcionaram e, ainda, proporcionam a cada dia. Obrigado a todos!

## RESUMO

A partir do século XXI, o paradigma neoliberal apresentou sinais de esgotamento devido a políticas e reformas fracassadas em promover a estabilização e crescimento econômico, abrindo espaço para políticas de cunho nacionalista. Desse modo, a presente monografia tem como objetivo analisar de maneira crítica a forma que ocorre o surgimento do pensamento do Estruturalismo, principalmente a vertente do Novo-Desenvolvimentismo. Explora-se o alicerce do Novo-Desenvolvimentismo, uma taxa de câmbio real competitiva, na qual impulsiona o regime de crescimento do tipo *export-led* e quais impactos podem ocorrer na economia brasileira. Para isso, a base de interpretação da análise é fundamentada na compreensão e evolução do pensamento. Por fim, é proposto um debate crítico acerca dos efeitos positivos e negativos que a condução econômica desse pensamento pode desencadear.

**Palavras-chave:** Estruturalismo; Novo-Desenvolvimentismo; Taxa de Câmbio Real; Crescimento Econômico; Distribuição de Renda; Bens Intermediários; Taxa de Equilíbrio Industrial.

## **ABSTRACT**

From the 21st century onwards, the neoliberal paradigm showed signs of exhaustion due to failed policies and reforms to promote stabilization and economic growth, making way for nationalist policies. Thereby, this undergraduate thesis aims to critically analyze the way in which Structuralist thinking emerged, especially the New Developmentalism strand. It explores the foundation of New Developmentalism, a competitive real exchange rate, which drives the export-led growth regime and what impacts this may have on the Brazilian economy. To this end, the interpretation of the analysis is based on the understanding and evolution of thought. Lastly, a critical debate concerning the positive and negative effects that the economic conduct of this thinking can trigger is proposed.

**Key words:** Structuralism; New Developmentalism; Real Exchange Rate; Economic Growth; Income Distribution; Intermediate Goods; Industrial Equilibrium Rate.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Impacto líquido da desvalorização no crescimento

31

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Impacto direto e indireto do aumento de preço dos insumos importados sobre os preços para cada setor na indústria

32



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>13</b>
2.1. ESTRUTURALISMO	13
2.1.1. Vertente Americana e Europeia	14
2.1.2. Vertente Cepalina	16
2.2. DECLÍNIO DO ESTRUTURALISMO	19
2.3. NOVO-DESENVOLVIMENTISMO	21
2.4. TAXA DE CÂMBIO REAL E CRESCIMENTO	23
2.4.1. Questão Distributiva	24
2.4.2. Bens Intermediários	26
2.4.3. Taxa Ótima De Equilíbrio Industrial	28
<b>3. RESULTADOS</b>	<b>29</b>
3.1. CUSTO DO NOVO - DESENVOLVIMENTISMO	29
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>33</b>
<b>5. REFERÊNCIAS</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Buscando entender o funcionamento dos sistemas econômicos, a teoria econômica possui um papel fundamental na implementação de políticas que procuram melhorá-lo. Ela busca aumentar o bem-estar, a renda e a produtividade do trabalho para assim alcançar um sistema econômico estável. As políticas que anseiam a estabilidade são aquelas que se empenham em convergir ao pleno emprego, manter uma inflação baixa e reduzir a ameaça de crises financeiras (BRESSER-PEREIRA *et al*, 2015).

Entretanto, o debate sobre desenvolvimento cresceu bastante, resultando em diferentes linhas de pensamentos, principalmente nos países emergentes. Porém, nem sempre esses pensamentos se alinham totalmente, podendo divergir em diferentes pontos, como, distribuição de renda, questões institucionais, uso dos recursos, instrumentos macroeconômicos, entre outros. Com isso, uma pauta relevante nessa discussão situa-se em como os países utilizam o Estado e o mercado para gerar o crescimento econômico sustentável.

Desse modo, a abordagem keynesiana, baseada na obra de Keynes: *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* (1936), informa que o investimento é a decisão mais importante, pois ela determina o aumento e a queda do emprego e da renda. Entretanto, dado que o futuro é desconhecido, o investimento acaba sofrendo volatilidades pois suas variáveis determinantes sofrem de incerteza (MOLLO, 2016).

A incerteza impede o investimento devido a preferência pela liquidez, ou seja, dependendo do otimismo e pessimismo no período, os agentes se protegem preferindo a liquidez. Diferentemente do risco, a incerteza não pode ser calculada de maneira probabilística.

Desse modo, assumindo que a incerteza está presente nas decisões econômicas, a decisão de investir acontece quando a expectativa de rentabilidade (eficiência marginal do capital) é superior ao custo do investimento, medido pela taxa de juros. Como não é probabilisticamente calculado, a eficiência marginal do capital é consequência de presunções e cenários dos agentes econômicos. Por outro lado, a taxa de juros depende da oferta e demanda da moeda, duas variáveis que dependem da forma que os agentes configuram a incerteza preferindo ou não a liquidez para se proteger (MOLLO, 2016).

Portanto, dado que ocorre um aumento da incerteza e do pessimismo, a expectativa de rentabilidade dos investidores diminui, aumentando a preferência pela liquidez dos agentes, logo, reduzindo a oferta e aumentando a demanda por moeda. Todo esse processo acaba elevando a taxa de juros.

Como mencionado anteriormente, a incerteza gera instabilidade nas decisões de investimentos, com isso, interfere no emprego e na renda. Desse modo, a economia acaba se tornando instável devido a volatilidade dessas variáveis. Nessa perspectiva, Keynes e os pós-keynesianos consideram que a instabilidade acompanha as economias pelo fato que o mercado não é auto suficiente para garantir o investimento.

Portanto, o keynesianismo descreve que a ação do Estado é necessária em uma economia devido ao seu poder perante às falhas de mercado e durante crises. Desse modo, após a 2ª Guerra Mundial, surgem diferentes abordagens para o desenvolvimento econômico, entre elas, o Estruturalismo que ganha destaque no debate econômico durante o período de 1940 - 1960. Porém, a partir da década de 70 e 80, sua influência perdeu espaço devido a ascensão da abordagem neoclássica e seus novos ideais neoliberais.

Entretanto, as políticas e reformas neoliberais falharam em promover a estabilização e crescimento econômico no Brasil. Dada a resistência ao neoliberalismo na América Latina, novos modelos de condução econômica vão ganhando força. As abordagens mais recentes sobre o Estruturalismo voltaram ao debate econômico e político apresentando novas estratégias e condições institucionais.

Desse modo, esta pesquisa busca interpretar de maneira crítica a forma que ocorre o surgimento do pensamento do Estruturalismo que ganhou força devido ao esgotamento do paradigma neoliberal a partir do século XX. Essa falência permitiu políticas com viés nacionalista ganhassem espaço no cenário econômico.

Assim, enfatizando o pensamento econômico do Novo-Desenvolvimentismo, será analisada como as políticas econômicas dessa vertente afetariam a economia brasileira e se de fato geraria o crescimento que os autores tanto defendem. Dessa maneira, a base de interpretação da análise é fundamentada na compreensão e evolução do pensamento desenvolvimentista estruturalista.

Este estudo é composto por quatro seções, sendo a primeira esta introdução. No segundo capítulo será apresentado o referencial teórico, apontando a evolução do pensamento estruturalista no mundo e como contribuiu para o surgimento de uma das principais correntes que configuram o pensamento sobre o desenvolvimento atual no Brasil. Complementando a base teórica, serão analisadas as relações existentes entre a taxa de câmbio real e o crescimento econômico de uma nação. Como resultados da pesquisa, na terceira seção é apresentado como os alicerces do pensamento do Novo-Desenvolvimentismo podem impactar a economia brasileira.

Por fim, nas considerações finais é proposto um debate crítico acerca dos efeitos positivos e negativos que o Novo-Desenvolvimentismo apresenta enquanto modelo de desenvolvimento viável. Compreendendo as contribuições e avanços do estruturalismo e da vertente do Novo-Desenvolvimentismo, termina-se esse estudo indagando se é possível considerá-lo um novo modelo de crescimento econômico a ser seguido.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. ESTRUTURALISMO**

Segundo Dutt (2019), o Estruturalismo, derivado de seu nome, é uma abordagem econômica que enfatiza a importância das estruturas da economia em desenvolvimento, comparando entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, e assim entendendo as necessidades de mudanças estruturais para cada nação. Ou seja, o desenvolvimento econômico é o crescimento com transformação estrutural que tem como objetivo aumentar o bem-estar e produtividade do trabalho (BIELSCHOWSKY, 2010).

Desse modo, entende-se que o Estado possui o papel de promover o desenvolvimento econômico através de mudanças estruturais, podendo divergir entre os países e gerar diferentes resultados. Entretanto, no primeiro momento, essa abordagem não era um grupo homogêneo, com isso, pode-se dividir em duas grandes vertentes: a americana/europeia; e a Cepalina, focada na América Latina (DUTT, 2019).

### 2.1.1. Vertente Americana e Europeia

A vertente americana e europeia tem tido seus estudos focalizados em compreender as distorções, rigidez e defasagens nos países em desenvolvimento. Desse modo, essa linha de pensamento conta com diversos autores, como, Rosenstein-Rodan, Nurkse, Hirschman, Lewis, Singer, Myrdal e Chenery. Entretanto, esses precursores possuem análises e abordagens distintas na qual algumas variáveis ganhavam mais foco em seus trabalhos, do que em outros. Essas abordagens, variam sobre industrialização, investimento, capital, gargalos gerenciais e empresariais, mão de obra, desigualdades, renda e entre outros (DUTT, 2019).

Analisando a estrutura de produção entre os países, Rosenstein-Rodan (1943) tem seu foco de análise sobre as áreas internacionais de industrialização deprimidas no extremo oriente e no leste e sudeste europeu. Para ele, o anseio de industrializar esses locais não apenas dos países envolvidos diretamente, mas do mundo como um todo, caso o objetivo seja alcançar uma distribuição mais igualitária da renda entre diferentes áreas do mundo. Desse modo, o autor defende uma expansão da industrialização de forma simultânea e coordenada com os outros setores, gerando renda e mercado para os setores em geral. Ele propôs que a solução seria a implementação de um "Big Push", um plano de investimentos massivos em infraestrutura, que poderia ser financiado com a ajuda de investimentos externos.

Também defendendo um crescimento equilibrado, Nurkse (1953) argumenta que a falta de poupança e de investimentos são as principais barreiras para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, utilizando a noção de um círculo vicioso da pobreza. Esse conceito se refere a uma situação em que a falta de investimentos e de poupança em um país subdesenvolvido cria um ciclo negativo que impede o crescimento econômico e perpetua a pobreza. Para ele, esse círculo começa com a baixa renda per capita, que leva a uma baixa poupança e investimento, limitando assim o crescimento econômico. A falta de investimentos restringe a capacidade produtiva do país, resultando em uma baixa renda per capita, criando assim um ciclo negativo que perpetua a pobreza. Diante disso, Nurkse propôs uma série de medidas, como, promoção da poupança e do investimento, criação de instituições financeiras que facilitem o acesso ao crédito para os agentes e investimento em produtividade e a eficiência da economia.

Diferentemente dos defensores de um crescimento equilibrado, Hirschman (1958) introduziu um conceito de desenvolvimento por desequilíbrio. Esse conceito afirma que o desenvolvimento econômico não ocorre de maneira uniforme em todos os setores da economia, mas sim por meio de desequilíbrios temporários entre eles. Esses desequilíbrios criam oportunidades para a entrada de novos setores e para a adaptação dos setores existentes, levando a um crescimento econômico mais acelerado. Com isso, o autor enfatiza que fatores, como, escassez do capital e os gargalos gerenciais e empresariais, contribuem para essa estratégia de crescimento desequilibrado.

Influente no campo do desenvolvimento econômico, Lewis (1954) ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1979, argumenta que a transição do setor tradicional para o setor moderno é impulsionada pelo excedente populacional no setor tradicional e pela oferta ilimitada de mão-de-obra disponível para ser absorvida pelo setor moderno. Isso significa que, em países subdesenvolvidos, há um grande número de trabalhadores desempregados ou subempregados no setor tradicional, o que leva a salários relativamente baixos neste setor. O setor moderno, por outro lado, é caracterizado por altos níveis de produtividade e salários relativamente altos. À medida que a economia se desenvolve, o setor moderno cresce, absorvendo trabalhadores do setor tradicional. Essa transição é acompanhada pelo aumento da produtividade do setor moderno e pela melhoria do bem-estar econômico da população. No entanto, Lewis observou que essa transição pode ser interrompida por uma série de fatores, como a falta de investimentos em infraestrutura, o baixo nível de educação e a instabilidade política. Além disso, a migração da mão-de-obra do setor tradicional para o setor moderno pode ser dificultada por barreiras institucionais e culturais.

Tratando de questões internacionais, Singer (1950) contribui com a hipótese de que os países exportadores de matérias-primas tendem a sofrer uma deterioração nos termos de troca em relação aos países exportadores de manufaturados. Isso ocorre porque a demanda por matérias-primas é menos elástica do que a demanda por bens manufaturados, ou seja, a demanda por matérias-primas é menos sensível a variações nos preços. Além disso, os países produtores de matérias-primas tendem a ter menos poder de barganha do que os países produtores de bens manufaturados, o que contribui para a queda nos preços das commodities. Também, ocorre a

especialização na produção de bens primários que possui poucos vínculos em relação com os outros setores da economia.

Diante da linha de pensamento sobre comércio internacional e a economia mundial, Myrdal (1956, 1957) aborda que o processo de desenvolvimento econômico não é influenciado apenas por fatores econômicos, mas também por fatores sociais, políticos e culturais. Nessa linha, o autor desenvolveu o conceito "*circular and cumulative causation*" (CCC), que descreve um processo no qual as mudanças em um setor econômico geram mudanças em outros setores, criando um círculo virtuoso ou vicioso de crescimento econômico. Muitas vezes, o desenvolvimento econômico não é um processo linear, mas sim um processo circular e cumulativo. Logo, o crescimento econômico em um setor pode estimular o crescimento em outro setor, criando uma dinâmica positiva de desenvolvimento. No entanto, Myrdal também apontava que também poderia ser negativa, levando a uma dinâmica de subdesenvolvimento em que as carências em um setor levam à piora em outros setores, criando um círculo vicioso.

Antes do Estruturalismo começar a perder espaço, Chenery (1979) defende que a mudança estrutural é um aspecto fundamental do desenvolvimento econômico a longo prazo. Para ele, é necessário a realocação de recursos de setores menos eficientes para setores mais produtivos e dinâmicos. Para isso, enfatiza a importância da análise da composição setorial da renda e das relações de insumo-produto para entender o processo de desenvolvimento econômico. Logo, uma vez que setores diferentes têm diferentes níveis de produtividade, elasticidade de demanda e capacidade de absorção de mão-de-obra. O autor destaca a importância de se avaliar a evolução da estrutura produtiva de um país ao longo do tempo, a fim de identificar os setores que têm um maior potencial para impulsionar o crescimento econômico e a mudança estrutural. Também, as relações de insumo-produto revelam as interdependências entre os diferentes setores, e que mudanças na demanda de um setor podem ter efeitos significativos em outros, mostrando oportunidades de crescimento e de restrições estruturais.

### 2.1.2. Vertente Cepalina

A vertente cepalina conta com dois grandes nomes, Raul Prebisch e Celso Furtado. Ambos foram importantes para a formulação da teoria e da estratégia de

desenvolvimento econômico adotada por muitos países latino-americanos no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, a Economia do Desenvolvimento ganhou notoriedade com a criação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Dado que o desenvolvimento é uma ideologia em constante mutação, Prebisch e Furtado descreve uma relação estrutural do comércio internacional dividida entre um polo de países centrais industrializado e outro periférico predominantemente agrícola.

Assim como Singer, Prebisch (1950) também tratava de questões internacionais. Desse modo, o autor afirma que o desenvolvimento econômico da América Latina é prejudicado pelo seu papel como produtor de matérias-primas para países industrializados. Ele argumenta que os termos de troca entre matérias-primas e produtos manufaturados são desfavoráveis para a América Latina e que essa "troca desigual" perpetua o subdesenvolvimento na região.

Devido a industrialização "voltada para fora" dos países periféricos, o setor de bens e serviços era satisfeito por importações dos países centrais. O aumento da produtividade dos países centrais e a estrutura produtiva periférica, desfavorecida pelos baixos preços dos produtos primários, criou-se uma desigualdade de renda entre os países. Ou seja, a relação desigual do comércio internacional perpetuou a condição de subdesenvolvimento dos países latinos.

Neste cenário, propõe-se que a região precise adotar uma estratégia de industrialização por substituição de importações, na qual as indústrias domésticas são protegidas e incentivadas a fim de reduzir a dependência de importações estrangeiras. Esse processo de desenvolvimento interno tem por intuito diversificar a capacidade produtiva industrial e superar a aos desafios colocados pelo estrangulamento externo (TAVARES, 1982).

Para isso, o autor sugere a inclusão de tarifas e quotas para limitar a importação de bens manufaturados e a promoção do desenvolvimento de indústrias nacionais através de subsídios e incentivos fiscais. Entretanto, reconhece que essas políticas podem levar a um aumento nos preços e à redução da qualidade dos produtos, mas argumenta que isso é um preço a ser pago pelo desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1959).

Nessa linha, Celso Furtado (1961; 1987) critica a visão predominante na época de que o subdesenvolvimento seria resultado de um atraso natural ou histórico das sociedades latino-americanas, e defende que o subdesenvolvimento é, na verdade,



um fenômeno criado pelo próprio sistema econômico internacional. Por isso, argumenta que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países desenvolvidos, baseado na industrialização, na tecnologia e na especialização produtiva, não era adequado para a realidade latino-americana. Ou seja, o processo de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos não pode ser entendido simplesmente como uma questão de falta de recursos ou de tecnologia, mas sim como um problema estrutural que afeta a capacidade desses países de se inserirem na economia global.

Como seu trabalho é voltado para as economias da América Latina, sua análise crítica do processo de desenvolvimento econômico desses países. Para ele, a relação entre desenvolvimento econômico e mudanças sociais, políticas e culturais. Furtado (1961) argumenta que a questão do desenvolvimento econômico deve ser vista em conjunto com a promoção da justiça social, da democracia e do desenvolvimento cultural. Ele acredita que o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado por uma mudança nas estruturas sociais e políticas, para que seja possível criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Também, Furtado (1965) defende que a raiz do subdesenvolvimento estava na estrutura econômica da região, que havia sido moldada pelo colonialismo, pela dependência e pela dominação do capital estrangeiro. Portanto, ele defendeu políticas que abordassem os desequilíbrios estruturais e promovessem o desenvolvimento de indústrias domésticas, incluindo a criação de programas de industrialização liderados pelo Estado.

Desse modo, tanto a CEPAL quanto Furtado e Prebisch, reconhecem que a industrialização é primordial para o desenvolvimento da América Latina. Para isso, acreditam que a política de industrialização deve ser apoiada pelo Estado para guiar o crescimento e superar os problemas advindos dessa deficiência estrutural.

Outros autores latino americanos, como, Vazquez e Sunkel contribuíram para o estudo de desenvolvimento econômico e inflação na região. Para Vazquez (1956) as características da economia mexicana e de outros países da região, bem como as políticas econômicas adotadas por esses países para estimular o crescimento econômico e controlar a inflação. Ele argumenta que a inflação é um problema recorrente na América Latina, resultado da falta de estabilidade macroeconômica e da dependência em relação aos países desenvolvidos.

Por outro lado, Sunkel (1960) argumenta que a inflação no Chile era resultado da interação entre fatores monetários e não monetários, incluindo o aumento dos preços internacionais das commodities, o processo de urbanização acelerado, a elevada concentração de renda e a rigidez dos salários. Com isso, sugere que as políticas convencionais de controle da inflação baseadas no controle monetário eram insuficientes e que uma abordagem mais abrangente e holística seria necessária para abordar as causas profundas da inflação no país. Essa abordagem deveria incluir políticas econômicas que abordassem as causas subjacentes da inflação, como, reforma agrária, distribuição de renda, investimento em infraestrutura, controle de preços, entre outros.

## 2.2. DECLÍNIO DO ESTRUTURALISMO

Durante a década de 80, os países latino americanos passaram por um momento econômico bastante conturbado, conhecido como a década perdida. Essas nações estavam vivenciando um período marcado por uma queda do produto interno bruto, aumento inflacionário, crescimento da dívida externa e ampliação da desigualdade. Esse cenário configurou-se em decorrência aos choques do petróleo, abalando a economia americana e repercutindo na América Latina devido a elevação da taxa de juros internacional e do nível de preços.

Desse modo, em 1989, ocorre o Consenso de Washington na qual apresenta uma cartilha de recomendações econômicas como solução para a década perdida. Essas recomendações já eram implementadas por economias desenvolvidas, como, EUA e Reino Unido, quando o movimento neoliberal começou a ganhar espaço e notoriedade pelo mundo. Ou seja, esse encontro foi marcado por uma propagação de uma conduta econômica neoliberal na qual tinha o objetivo de reagir às crises e expandir o neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, principalmente na América Latina.

Essas medidas tinham como base uma menor participação do Estado acerca do desenvolvimento, logo, um crescimento sendo incentivado pelas forças de mercado. Portanto, nessa perspectiva, instituições como o Banco Mundial e o FMI adotaram as condutas econômicas como obrigatórias para conceder novos empréstimos, renegociar dívidas externas e cooperação econômica.

Neste cenário, o declínio da vertente Estruturalista, que teve seu auge nas décadas de 1950 e 1960, pode ser atribuído a várias razões. O economista Love argumenta que o Estruturalismo teve sucesso em promover o crescimento econômico em muitos países da região, mas enfrentou desafios significativos na década de 1970, com a crise do petróleo e o aumento da dívida externa. Ele explica que a crise do Estruturalismo foi causada por uma combinação de fatores, incluindo a falta de respostas efetivas às mudanças nas condições econômicas globais e o surgimento de críticas internas à teoria (LOVE, 2005).

Sendo mais crítico, o economista Little afirma que a teoria estruturalista era muito limitada em sua compreensão do desenvolvimento econômico e que suas políticas muitas vezes falhavam em promover o crescimento econômico e a redução da pobreza. Desse modo, discordava dos estruturalistas sobre a política de substituição de importações, restrições comerciais e intervenções estatais como chaves para promover o desenvolvimento econômico. Logo, Little entendia que a teoria estruturalista tinha se tornado ultrapassada e que era necessário desenvolver novas abordagens para o desenvolvimento econômico que levem em conta a complexidade do processo de desenvolvimento e as mudanças na economia global. Suas críticas ajudaram a impulsionar o surgimento de novas abordagens ao desenvolvimento econômico na década de 1980, incluindo a abordagem neoliberal que se tornaria dominante na década seguinte (LITTLE, 1982).

Por fim, Lal (1985) explica que a abordagem adotada pelos economistas do desenvolvimento, que enfatiza a industrialização e o planejamento liderado pelo Estado, falhou em proporcionar o crescimento econômico e muitas vezes resultou em aumento da pobreza e da desigualdade. Com isso, o Estruturalismo falhou em reconhecer o papel dos mercados e do empreendedorismo no crescimento econômico. Devido a isso, o setor público apresentou-se inchado, indústrias ineficientes e improdutivas e falta de incentivos para a inovação e o empreendedorismo.

Neste cenário, vários países na América Latina vivenciaram um período de abertura comercial, aumento das privatizações e uma redução do Estado. Um momento bastante delicado para a heterodoxia que era contrária às ideias cepalinas. Desse modo, tentando superar essas questões, a CEPAL buscou focar nos problemas imediatistas: dívida, inflação e ajuste econômico.

Entretanto, embora o estruturalismo tenha perdido espaço devido à ascensão da abordagem neoclássica, ele não desapareceu, superou as restrições internas e externas, trazendo-o de volta a sua temática principal: desenvolvimento. Desse modo, recorrendo-se a alguns dos primeiros estruturalistas, especialmente Furtado, o novo desenvolvimentismo proposto por Bresser-Pereira é uma das novas abordagens estruturalistas na década de 2000. Atualizada, ela se concentra na transformação estrutural da economia, no papel ativo do Estado no desenvolvimento e em políticas econômicas ativas para promover o crescimento econômico e a melhoria do bem-estar social.

### 2.3. NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Após um cenário na qual o Estruturalismo foi deixado de lado das teorias e políticas de desenvolvimento nos debates econômicos. O economista Carlos Bresser-Pereira retoma essa abordagem sobre o desenvolvimentismo no debate de crescimento econômico. Para ele, o desenvolvimentismo pode ser interpretado de duas maneiras. A primeira como uma forma de organização econômica e política alternativa ao liberalismo econômico. A segunda maneira é como uma escola de pensamento econômico na qual possui origem na economia política clássica, na teoria econômica keynesiana e no desenvolvimentismo clássico (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Apesar de ser o precursor do termo “Novo-Desenvolvimentismo”, Bresser-Pereira conta com outros autores, como, Oreiro e Marconi, que têm contribuído bastante para essa teoria. Desse modo, juntos estudam uma abordagem keynesiano-estruturalista da economia aplicada aos países de renda média que enfatiza o papel estratégico da demanda na criação de oportunidades de investimento que são essenciais para o desenvolvimento econômico. Também explora ligações cruciais entre o pleno emprego a curto prazo e a estabilidade financeira a médio prazo durante o crescimento (BRESSER-PEREIRA *et al*, 2015).

A partir desses autores, o Novo-Desenvolvimentismo é definido como um conjunto de propostas de reformas institucionais e políticas econômicas, das quais as nações de desenvolvimento médio buscam alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos (OREIRO, 2012). Para isso, Bresser-Pereira defende que o Estado deve ter um papel central no processo de desenvolvimento econômico,

atuando como um agente indutor de mudanças estruturais na economia. Outro ponto é a importância da demanda agregada na qual é um elemento chave para a promoção do desenvolvimento econômico, pois o aumento do poder de compra da população estimula a produção e o investimento. Também afirma que um câmbio competitivo impulsiona a produção e a exportação, além de promover a inovação e tecnologia no país (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Portanto, para alcançar essa estratégia, é necessário adotar um regime de crescimento do tipo *export-led*, no qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e de introdução de progresso tecnológico na economia (OREIRO, 2012). Para isso, é preciso estimular as exportações por meio de uma taxa de câmbio competitiva (MOLLO, 2016). Combinado a isso, Oreiro (2012) argumenta que é necessário realizar uma política fiscal responsável para eliminar o déficit público, ao mesmo tempo que permite o investimento público. Por fim, o autor também afirma que a política salarial atrelada à produtividade também é um fator importante pelo fato que o aumento dos salários reais ao crescimento da produtividade do trabalho, garantiria a estabilidade da distribuição funcional da renda no longo prazo.

Assim sendo, os principais autores que contribuem para essa vertente concluem que o novo-desenvolvimentismo é uma teoria que se apresenta como uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Entretanto, dado os fatores preponderantes do crescimento de médio e longo prazo, algumas políticas ainda são céticas quanto a sua relação positiva e implementação nos mercados em desenvolvimento.

## 2.4. TAXA DE CÂMBIO REAL E CRESCIMENTO

Ao longo do tempo, foi vivenciado inúmeros exemplos que uma taxa de câmbio mal administrada é desastrosa para o crescimento econômico de uma nação. Nesse sentido, vários economistas têm dedicado grande parte de seu tempo para estudar o impacto que essa taxa pode ter sobre a economia e como ela afeta o médio e longo prazo. As principais análises focam em como as mudanças na taxa de câmbio afetam as exportações, importações, inflação e crescimento econômico. Portanto, a análise da taxa de câmbio real é útil para políticas macroeconômicas, pois pode orientar ações do governo para manter a competitividade da economia, tais como a intervenção no mercado cambial ou ajustes na política monetária e fiscal.

Em 1997, Razin, O'Fair e Collins analisam a relação entre os desalinhamentos da taxa de câmbio real e o crescimento econômico de um país. Os autores argumentam que a taxa de câmbio real desalinhada pode afetar negativamente o crescimento econômico a longo prazo, por meio de vários canais, incluindo a redução da competitividade das exportações e a diminuição do investimento estrangeiro direto.

Nesse sentido, a moeda sobrevalorizada pode tornar as exportações menos competitivas, pois os bens e serviços produzidos no país se tornam mais caros para os compradores estrangeiros. Isso pode levar a uma queda nas exportações e, conseqüentemente, a uma diminuição das receitas de divisas. Além disso, uma moeda sobrevalorizada pode diminuir a atratividade do país para investidores estrangeiros, pois torna os ativos locais mais caros em termos de moeda estrangeira. Isso pode levar a uma redução do investimento estrangeiro direto e, conseqüentemente, a menos recursos disponíveis para investimentos em atividades produtivas (RAZIN *et al*, 1997).

Também, outros autores como, Johnson, Simon, Ostry e Subramanian (2007), encontraram evidências estatísticas provenientes de diferentes países que demonstram que a supervalorização da moeda pode ter impactos negativos sobre o crescimento econômico. Ou seja, sugere que evitar que a moeda de um país se torne muito valorizada é um importante objetivo econômico que deve ser perseguido entre os países em desenvolvimento.

Dada a complexidade entre taxa de câmbio real e crescimento econômico em países emergentes, Rodrik (2008) afirma que essa taxa pode ser afetada por fatores

como mudanças na produtividade, termos de troca, fluxos de capital e políticas cambiais. E, em termos gerais, o autor argumenta que uma taxa de câmbio real desvalorizada pode ter efeitos positivos sobre o crescimento econômico em países com estruturas produtivas orientadas para a exportação ou com setores manufatureiros competitivos, assim como os precursores do Novo - Desenvolvimentismo. Ou seja, uma taxa de câmbio desvalorizada pode melhorar a balança comercial, pois torna as exportações mais atraentes.

No entanto, destaca-se que uma taxa de câmbio real muito desvalorizada pode levar a pressões inflacionárias e a desequilíbrios macroeconômicos que podem prejudicar o crescimento econômico. Logo, o impacto da taxa de câmbio real no crescimento econômico depende das condições específicas do país em questão, incluindo sua estrutura produtiva, capacidade tecnológica e instituições políticas e econômicas (RODRIK, 2008).

Portanto, apesar do Novo-Desenvolvimentismo ser uma abordagem econômica que busca combinar políticas de estabilização macroeconômica com políticas de desenvolvimento produtivo, com o objetivo de promover o crescimento econômico e a redução da desigualdade social. Uma das críticas mais comuns a essa vertente é em relação à taxa de câmbio desvalorizada.

Entretanto, ainda que haja indícios que uma taxa de câmbio desvalorizada estimula o crescimento através de incentivos à mudança tecnológica, acúmulo de capital e difusão de informação entre firmas, logo, um mercado altamente competitivo (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017). Porém, é necessário analisar os efeitos negativos dessa vertente que nem sempre são levados em consideração durante a análise. Desse modo, alguns efeitos que uma taxa de câmbio pode afetar uma economia são: questão distributiva; relação de bens intermediário a economia; e a dificuldade de determinar uma taxa ótima de equilíbrio.

#### 2.4.1. Questão Distributiva

A maioria da literatura parece sugerir que existe uma relação positiva entre uma moeda mais competitiva e o crescimento nos mercados emergentes. Analisando a economia brasileira, os autores Gala e Libanio (2010) afirmam que a desvalorização da moeda brasileira teve um efeito positivo sobre a produção industrial, especialmente nos setores mais intensivos em tecnologia. Além disso, eles observaram que o impacto da taxa de câmbio sobre a produção industrial foi maior para as empresas

que tinham maior exposição ao comércio internacional. Isso ocorre pois o setor industrial localizava as atividades de maior incremento-retorno da economia.

Também, uma taxa de câmbio competitiva pode incentivar a diversificação econômica, permitindo que as empresas produzam bens e serviços com maior conteúdo tecnológico e exportem para mercados internacionais. Isso pode levar a um aumento da produtividade, investimento e inovação, e, portanto, contribuir para um crescimento econômico sustentável. Ou seja, a taxa de câmbio desvalorizada pode incentivar a diversificação econômica em direção a atividades com maior conteúdo tecnológico nas economias em desenvolvimento (LASTLY *et al*, 2017).

Entretanto, poucos estudos analisam que a política de subvalorização da moeda pode promover efeitos distributivos negativos dentro da economia. Essa estratégia pode levar a um viés inflacionário, especialmente se não for acompanhada de políticas fiscais e monetárias adequadas. Nesse sentido, uma taxa de câmbio desvalorizada pode diminuir o salário real, agravando a desigualdade e, com isso, reduzindo o consumo. Como mencionado anteriormente, a demanda agregada é de extrema importância para essa vertente, logo, uma queda no consumo reduziria o lucro das firmas, fazendo-as diminuir a acumulação de capital (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).

Segundo Ribeiro e McCombie (2017), os salários reais caem devido ao aumento dos preços dos produtos importados que a indústria nacional utiliza, alimentando os preços internos. Além disso, a subvalorização também aumenta a competitividade dos preços de bens domésticos nos mercados externos e, portanto, permite aos capitalistas aumentar as margens de lucro estabelecidas ao longo de custos primários. Ou seja, uma redução dos salários reais associada a um possível aumento das margens de lucro, redistribui a renda dos trabalhadores para os capitalistas.

Essa política é sustentada devido uma longa tradição em economia que pode ser rastreada aos clássicos, Marx, Kaldor e Robinson que afirmam que o crescimento é impulsionado principalmente pela poupança e pela acumulação do capital. A redistribuição da renda dos salários para os lucros aumenta a economia agregada uma vez que os capitalistas têm uma maior propensão marginal a poupar do que os trabalhadores e, portanto, estimula a acumulação de capital e crescimento da produção (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).



Desse modo, alternativamente, outra tradição na literatura de crescimento que se baseia nas obras de Kalecki, Keynes e Steindl argumenta que o aumento da desigualdade pode levar à estagnação econômica. A lógica por trás deste argumento é que uma maior desigualdade reduz o consumo agregado, uma vez que as famílias na parte inferior da distribuição de renda têm uma maior propensão ao consumo do que aquelas na parte superior da distribuição de renda, o que resulta em baixos níveis de vendas agregadas, baixos lucros esperados e assim desencorajando a acumulação de capital e investimento dos capitalistas (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).

Enquanto os estudos existentes sugerem que a subvalorização da taxa de câmbio real pode impulsionar o progresso tecnológico e o crescimento, ele permanece em grande parte silencioso em relação ao fato de que a subvalorização também aumenta a desigualdade de renda e, portanto, pode impactar negativamente o crescimento econômico. Ou seja, essa estratégia pode levar a um viés inflacionário, especialmente se não for acompanhada de políticas fiscais e monetárias adequadas. Nesse sentido, uma taxa de câmbio desvalorizada pode diminuir o salário real, agravando a desigualdade e, com isso, reduzindo o consumo. Como mencionado anteriormente, a demanda agregada é de extrema importância para essa vertente, logo, uma queda no consumo reduziria o lucro das firmas, fazendo-as diminuir a acumulação de capital (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).

A questão distributiva é um fator tão importante que o aumento da desigualdade pode prejudicar o crescimento de outras maneiras, como: instabilidade sociopolítica, investimento de capital humano com restrição de empréstimos; decisões sobre educação e fertilidade; e política fiscal endógena (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).

#### 2.4.2. Bens Intermediários

Quanto aos bens intermediários, uma variação na taxa de câmbio pode afetar as condições econômicas gerais do país dependendo da relação com os bens intermediários em questão, que são os insumos usados para produzir bens finais. Quando a moeda de um país é desvalorizada, os preços dos bens intermediários importados aumentam, o que pode levar a um aumento no custo de produção dos bens finais. Esse aumento nos custos de produção pode então levar a um aumento nos preços dos produtos finais. Portanto, a desvalorização da taxa de câmbio pode

afetar indiretamente os preços dos bens intermediários e dos bens finais (GOLDBERG e KNETTER, 1997).

Isso ocorre uma vez que os fornecedores estrangeiros exigirão mais unidades da moeda local para cada unidade da sua própria moeda. Isso pode levar a um aumento dos custos de produção para as empresas que dependem de bens intermediários importados, o que pode se traduzir em preços mais altos para os consumidores finais.

Por outro lado, sustentando a política de desvalorização cambial, também pode tornar os bens intermediários produzidos localmente mais competitivos em relação aos bens importados, o que pode ser positivo para as empresas que dependem de insumos locais. Isso pode levar a um aumento da produção local e do emprego, bem como a preços mais baixos para os consumidores finais.

A noção de que a localização da produção é uma fonte de diferenciação do produto é frequentemente invocada na economia internacional como a chamada suposição de Armington. Essa definição sugere que produtos produzidos em diferentes países não são substitutos perfeitos uns dos outros, o que pode levar a diferenças nos preços (GOLDBERG e KNETTER, 1997).

Desse modo, uma taxa de câmbio desvalorizada pode ter efeitos diferentes sobre os bens intermediários que são mais ou menos substituíveis por bens importados. Por exemplo, se os bens intermediários importados não tiverem substitutos locais, uma taxa de câmbio desvalorizada pode levar a aumentos significativos de custos para as empresas e, portanto, a preços mais altos para os consumidores. No entanto, se os bens intermediários importados tiverem substitutos locais suficientes, a desvalorização da moeda pode levar a uma mudança na composição dos insumos usados pelas empresas, com potencial para aumentar a produção local e a competitividade.

Também, seguindo uma abordagem neokaleckiana na qual analisam a economia com competição imperfeita, os preços são tomados por um *mark-up* sobre o custo unitário nominal do trabalho e outros insumos. O desenvolvimento desse pensamento foi marcado por autores citados no capítulo anterior, como, Dutt (1982), Taylor (1985) e Bhaduri e Marglin (1990).

Segundo os autores, dada uma economia aberta, os setores de bens comercializáveis que sofrem um aumento de custos não conseguem repassar essa

diferença aos preços de seus produtos. Portanto, diante de uma concorrência externa, os empresários se veem na necessidade de reduzir sua margem de lucro.

De acordo com Blecker (2010), uma desvalorização cambial pode ter dois efeitos. O primeiro efeito seria que a desvalorização da taxa de câmbio aumenta a competitividade dos bens domésticos, permitindo uma elevação do *mark-up* e dos preços dos produtos. Com isso, ocorre a possibilidade de um aumento da margem de lucro das empresas e uma redução do salário real.

O segundo efeito seria que a desvalorização aumentaria o custo unitário dos insumos importados, logo, dificultando a subida dos preços e da margem de lucro. Logo, dado que a taxa de câmbio depreciada pode apresentar dois efeitos positivos, as firmas terão um *trade-off*: decidir entre aumentar os preços para elevar a margem de lucro, ou aumentar sua competitividade no cenário externo.

Entretanto, Teixeira e Carvalho (2015), investigam o caso brasileiro na qual afirmam que as margens de lucro da indústria nacional estão bem pequenas e o preço está longe de ser competitivo internacionalmente. Com isso, caso haja uma depreciação cambial, dependendo dos setores econômicos, o custo do *trade-off* aumenta dado que a firma terá que escolher recuperar a margem de lucro que está comprimida ou ganhar a competitividade que está abalada.

Portanto, os efeitos de uma taxa de câmbio desvalorizada sobre os bens intermediários podem ser complexos e variados, dependendo das características específicas de cada setor e das condições econômicas gerais do país.

#### 2.4.3. Taxa Ótima De Equilíbrio Industrial

Por fim, a taxa de equilíbrio industrial é a taxa de câmbio que iguala o preço dos bens domésticos e dos bens estrangeiros, levando em conta as diferenças de produtividade entre os dois países. Em teoria, essa taxa de câmbio permite que as empresas nacionais e estrangeiras compitam em igualdade de condições no mercado doméstico, sem gerar desequilíbrios comerciais ou pressões inflacionárias. Desse modo, uma taxa desvalorizada pode aumentar a competitividade de um país sobre o outro, tornando-se mais competitivo no cenário mundial.

Entretanto, a taxa de equilíbrio industrial pode variar entre os diferentes setores da economia, o que pode dificultar a determinação de uma taxa única para toda a economia. Isso ocorre porque os setores têm diferentes níveis de produtividade, diferentes elasticidades de demanda e diferentes graus de competição com os

produtores estrangeiros. Assim, para determinar a taxa de equilíbrio industrial em cada setor da economia, é necessário levar em consideração as particularidades de cada setor, suas características produtivas e de demanda, e suas relações com os mercados internacionais.

No entanto, essa abordagem pode ser bastante complexa e demandar recursos significativos, o que pode limitar sua aplicação em economias com múltiplos setores ou com recursos limitados de análise econômica. Por essa razão, muitas vezes são utilizados métodos mais simplificados, que consideram a economia como um todo e estimam uma taxa de câmbio média para a economia como um todo. Desse modo, utilizando métodos simplificados, a taxa de equilíbrio industrial torna-se um conceito abstrato dentro da política econômica.

Portanto, pode haver mais de um ponto estável no qual a taxa de câmbio real e o crescimento possam se estabilizar. Por exemplo, uma economia pode ter um estado estável em que o crescimento é lento e a taxa de câmbio real é baixa, e outro estado estável em que o crescimento é rápido e a taxa de câmbio real é alta. Em tal situação, a política econômica pode ser usada para mover a economia de um estado estacionário para outro. A escolha de qual estado estacionário almejar depende não apenas da taxa de crescimento associada a cada estado estacionário, mas também de outras restrições à política econômica, como a estabilidade da inflação e a sustentabilidade da balança de pagamentos (BARBOSA, 2010).

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1. CUSTO DO NOVO - DESENVOLVIMENTISMO**

Como discutido anteriormente, o Novo - Desenvolvimentismo é uma teoria econômica que se concentra no desenvolvimento econômico por meio da industrialização e do aumento da produtividade, em vez da dependência de commodities e da abertura irrestrita ao comércio internacional. Uma das principais ferramentas para alcançar esse objetivo é a política cambial, que visa manter a taxa de câmbio para proteger a indústria doméstica.

Essa escola de pensamento argumenta que a política cambial é essencial para promover a industrialização e a produtividade, pois uma taxa de câmbio competitiva pode tornar as exportações mais atraentes e reduzir a concorrência das importações. Isso, por sua vez, segundo os defensores dessa linha de pensamento, afirmam que

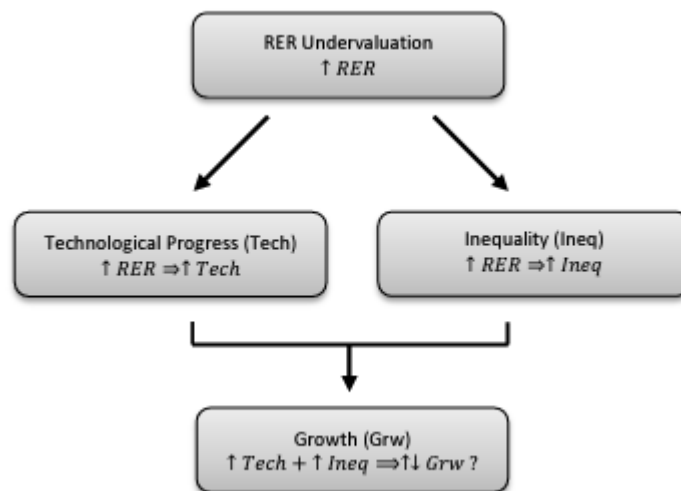
pode estimular o crescimento econômico, a criação de empregos e a redução da pobreza. De acordo com Bresser-Pereira (2016), a política cambial deve ser usada como uma ferramenta para neutralizar os efeitos negativos da globalização, garantindo que a indústria doméstica tenha uma chance justa de competir no mercado global.

No entanto, a política cambial não é isenta de riscos. Flutuações na taxa de câmbio afetam os países em desenvolvimento de forma mais intensa porque essas economias geralmente são mais vulneráveis a mudanças na economia global. Além dos tópicos citados anteriormente, geralmente isso pode ocorrer devido a uma dependência de exportações de commodities, endividamento em moeda estrangeira, dependência de importações de bens intermediários, consumo e de capital e a falta de diversificação da estrutura econômica do país.

Nesse sentido, utilizar uma política de desvalorização cambial para países como o Brasil pode ser um tanto arriscado. Em geral, o impacto da taxa de câmbio real no crescimento econômico depende de uma série de fatores específicos do país e que não existe uma relação simples entre taxa de câmbio real e crescimento econômico. Portanto, a formulação de políticas econômicas adequadas em relação à taxa de câmbio real deve levar em consideração as condições específicas do país em questão (RODRIK, 2008).

Portanto, ao implementar políticas de câmbio desvalorizado almejando o crescimento econômico, muitos economistas ignoram os efeitos adversos dela. Como mencionado anteriormente, um câmbio competitivo, apesar de impulsionar a economia através do aumento das exportações e progresso tecnológico, ela impacta os salários reais e o preço da importação de bens intermediários para bens finais, logo, afetando, principalmente, a distribuição da renda do país (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).

Figura 1 - Impacto líquido da desvalorização no crescimento



Fonte: Ribeiro e McCombie (2017)

Neste cenário, variações na distribuição de renda também podem afetar o crescimento não somente pela queda da demanda mas, também, pela mudança no padrão de consumo. E, como ricos e pobres possuem grandes diferenças nos padrões de consumo, o comércio internacional pode ser fortemente impactado devido a essa mudança nos níveis de renda. Também, quanto maior a desigualdade de renda do país, maiores serão seus gastos com bens de luxo (FRANÇOIS e KAPLAN, 1996).

Dado os impactos positivos e negativos de uma política de desvalorização cambial, Ribeiro e McCombie (2017) buscam analisar o impacto líquido desses fatores no crescimento a longo prazo. Usando como base países em desenvolvimento, o autor observa que uma moeda competitiva e uma renda distribuída uniformemente impulsiona o crescimento econômico. Também, estimula a capacidade tecnológica dessa nação.

Entretanto, encontrou-se uma relação negativa entre uma taxa de câmbio desvalorizada e o peso nos salários. Ou seja, uma moeda competitiva reduz os salários, possivelmente gerando um viés inflacionário na economia devido ao mecanismo da passagem de câmbio e também por aumentar as margens de lucro. Portanto, ao levar em conta os efeitos parciais das capacidades tecnológicas e os pesos dos salários no crescimento a longo prazo, o autor observou um impacto negativo de uma política de desvalorização. Com isso, o autor chegou a resultados que uma depreciação de 10% na moeda diminuiria em 0,016% a taxa de crescimento

da economia a longo prazo. Logo, um impacto líquido negativo (RIBEIRO e MCCOMBIE, 2017).

Também, Teixeira e Carvalho (2015), analisam o impacto direto e indireto do aumento de preço dos insumos importados sobre os preços ou a margem de lucro para cada setor na indústria. Para isso, os autores utilizaram dados da matriz de insumo-produto do IBGE e a metodologia do modelo de preços de Leontief.

Neste estudo, simulou-se uma desvalorização de 10% e investigou o aumento de preços nos diferentes setores industriais. Considerando os efeitos diretos e indiretos, caso os setores recomponham sua margem de lucro, os principais setores foram: “Máquinas para escritório e equipamentos de informática”, “Produtos químicos” e “Material eletrônico e equipamentos de comunicações”. Suas variações foram, 4,68%, 3,65% e 3,47%, respectivamente.

Tabela 1 - Impacto direto e indireto do aumento de preço dos insumos importados sobre os preços para cada setor na indústria

Setores na indústria	$\Delta$ preços
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	4,68%
Produtos químicos	3,65%
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	3,47%

Fonte: Teixeira e Carvalho (2015)

Porém, alguns setores possuem seus custos sensíveis ao câmbio e uma margem de lucro comprimida, dificultando-a a obter os benefícios de uma desvalorização para ganhar competitividade. Por exemplo, o setor de “máquinas para escritório e outros equipamentos de informática” teve sua margem reduzida de 10% para algo em torno de 4% entre 2000 e 2009.

Portanto, os autores concluem que por mais que existam evidências que a desvalorização cambial possa trazer impactos positivos para a economia, a dependência da importação de insumos prejudica esse ganho. Logo, apesar que a indústria brasileira ganhe competitividade, o aumento dos custos diminui a margem de lucro ou exige um aumento nos níveis de preço para compensar o aumento da margem.

Também, setores com grande importância econômica, como, “materiais elétricos e equipamentos eletrônicos” e a “indústria química” apresentaram uma

dependência da importação de insumos. E dado que a margem de lucro está abalada, sugere-se que as firmas estão preferindo recompor suas margens e não ganhar competitividade. Neste cenário, essa situação também aponta para um impacto inflacionário e prejudicial ao investimento, pois a desvalorização cambial muda os preços relativos.

Portanto, de acordo com as problemáticas discutidas ao longo do trabalho, medidas são necessárias para reverter o caso brasileiro. As políticas para pesquisa e desenvolvimento, principalmente para os setores com maiores oportunidades de desenvolvimento, ainda se apresentam como as melhores alternativas. Também, políticas industriais que, ao se desenvolverem, possibilitem mudanças estruturais em setores na qual apresenta maiores crescimentos da produtividade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento econômico sempre foi uma pauta bastante debatida e com notoriedade em todo o mundo. Com isso, diversas escolas e linhas de pensamentos econômicos apresentam seus diferentes modelos à realidade a fim de encontrar melhores condutas para aumentar o bem-estar da população. No cenário brasileiro, as últimas décadas foram marcadas por uma grave recessão, levando a uma dúvida sobre quais seriam as melhores políticas econômicas a se aplicar no país.

No campo político, várias propostas de governo buscam alterar a lógica econômica do país como solução à retomada do crescimento. Portanto, realizando uma revisão literária sobre desenvolvimento econômico, este trabalho buscou estudar a linha de pensamento do Novo-Desenvolvimentismo a partir de sua política de taxa de câmbio no cenário brasileiro.

Os resultados indicam que há indícios que uma desvalorização cambial pode apresentar impactos positivos ao crescimento econômico via *export-led*. Entretanto, nem sempre são incorporados os efeitos negativos dessa política, negligenciando questões, como, distribuição de renda, dependência da importação de bens intermediários e a falta de um consenso da taxa ótima de equilíbrio.

É possível argumentar que, ao analisar os efeitos positivos e negativos dessa política cambial, o impacto que uma taxa desvalorizada no cenário brasileiro pode ser negativo ao desenvolvimento econômico. Isso ocorre pois a desvalorização cambial pode resultar em uma maior desigualdade de renda, aumento dos custos dos insumos



e conflito entre setores sobre a taxa ótima. Por fim, geraria um viés inflacionário à economia devido ao repasse do aumento dos custos ao preço e a elevação da demanda dos produtos devido ao aumento da competitividade.

A desigualdade prejudica e dificulta o crescimento, entretanto, a igualdade por si só não consegue estimulá-lo. Portanto, o Novo-Desenvolvimentismo precisa basear seu crescimento por meio de uma industrialização tecnológica para que consiga penetrar e manter-se no comércio internacional. Porém, essa entrada ao comércio internacional precisa ser pautado em uma competição autêntica e tecnológica e não uma baseada em desvalorizações cambiais e diminuição dos salários. A agenda do desenvolvimento precisa ser pautada no crescimento econômico e simultaneamente redistribua as riquezas.

Vale ressaltar que as conclusões ao longo do trabalho podem variar dependendo do período e das mudanças estruturais que podem ocorrer ao longo do tempo. Logo, vale ressaltar que melhores constatações seriam tomadas caso sejam feitas uma análise de séries temporais acerca das variáveis mencionadas ao longo do trabalho. Desta maneira, a desvalorização cambial ainda é assunto em aberto e que requer mais pesquisas. Porém, o seguinte trabalho também serve de apoio para que economistas e formuladores de políticas econômicas avaliem o efeito líquido de uma desvalorização cambial e não negligencie fatores tão importantes para uma economia e sua população.

## 5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, N.; SILVA, J.; SILVA, B. **Real Exchange Rate, Capital Accumulation and Growth in Brazil**. Fourth Annual Conference on Development and Change, Johannesburg, South Africa, 2010.

BHADURI, A.; MARGLIN, S. **Employment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies**. Cambridge Journal of Economics, v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990.

BLECKER, R. **Open Economy Models of Distribution and Growth**. Eastern Economic Association annual meeting. 2010

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**, Estudo Avançados, ago. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Teoria Novo-Desenvolvimentista: uma Síntese. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.167-179, jul-dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Developmental Macroeconomics: New developmentalism as a growth strategy**. 1. ed. New York: Routledge, 2015.

CHENERY, Hollis B. **Structural change and development policy**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press., 1979.

DUTT, A. **Stagnation, income distribution and monopoly power**. Cambridge Journal of Economics, v. 8, n. 1, p. 25-40,1984.

DUTT, A.K. **Structuralists, Structures, and Economic Development**, The Palgrave Handbook of Development Economics, p.109-140, 2019

FRANCOIS, J.; KAPLAN, S. **Aggregate Demand Shifts, Income Distribution, and the Linder Hypothesis**. The Review of Economics and Statistics, v. 78, n. 2, p. 244-250, 1996.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 1. ed. 1961.

FURTADO, Celso. **Development and stagnation in Latin America: A structuralist approach**. 1. ed. 1965. p. 159-175.

GALA, P.; LIBANIO, G. **Exchange rate policies, patterns of specialization and economic development: theory and evidence in developing countries**. Textos para Discursões 211. Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 2010.

GOLDBERG, P. K.; KNETTER, M. M. **Goods prices and exchange rates: what have we learned?** Journal of Economic Literature, v. 35, n. 3, p. 1243-1272, 1997.

GUZMAN, M.; OCAMPO, J. A.; STIGLITZ, J. **Real Exchange Rate Policies for Economic Development**. Working Paper 300. Elsevier, 2018.

JOHNSON, S.; OSTRY, J.; SUBRAMANIAN, A. **The Prospects for Sustained Growth in Africa: Benchmarking the Constraints**. IMF Working Paper No. 07/52, 2007.

LAL, Deepak. **The Poverty of "development Economics"**. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

LEWIS, W. Arthur. **Economic Development with Unlimited Supplies of Labour**. The Manchester School, Manchester, mai./1954.

LITTLE, I. M. D. **Economic Development: Theory, Policy, and International Relations**. Book notices, New York, jun./1982.

LOVE, Joseph L. **The Rise and Decline of Economic Structuralism in Latin America: New Dimensions**. 3. ed. The Latin American Studies Association, 2005. p. 100-125.

MOLLO, M. L. R. Desenvolvimentismos, inclusão social e papel do Estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 131-143, jul-dez. 2016

MYRDAL, Gunnar. **Rich lands and poor**. Harper, 1957.

MYRDAL; Gunnar. **An international economy**. New York: Harper Brothers, 1956.

NURKSE. Problems of capital formation in underdeveloped countries. **The Economic Journal**, Oxford, p. 163, dez./1953.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.167-179, jul-dez. 2016.

PREBISCH, Raul. **Commercial Policy in the Underdeveloped Countries**. 2. Ed. American Economic Association, 1959.

PREBISCH, Raul. **The economic development of Latin America and its principal problems**. 1. Ed. New York, 1950.

RAZIN, O.; COLLINS, S. **Real Exchange Rate Misalignments and Growth**. Working paper 6174, National Bureau of Economic Research, 1997.

RIBEIRO, R. S. M; MCCOMBIE, J. S. L; LIMA, Gilberto Tadeu. **Does Real Exchange Rate Undervaluation Really Promote Economic Growth?**. *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 52, p. 408-417, abr./2018.

ROSENSTEIN-RODAN. **Problems of industrialization in eastern and South-Eastern Europe**. *Economic Journal*, v. 53, n. 1, p. 202-211, jul./1943.

SINGER; Hans. **The distribution of gains between borrowing and investing countries**. 40. ed. 1950. p. 473-485.

SUNKEL, Osvaldo. **Inflation in Chile: An unorthodox perspective**. 10. ed. *International Economic Review*, 1960. p. 107-137.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 6. ed. p. 27-57, RJ, 1982

TAYLOR, L. **A stagnationist modelo of economic growth**. *Cambridge Journal of Economics*, v. 9, n. 4, p. 383-403, 1985.

TEIXEIRA, L.; CARVALHO, L. **Câmbio e competitividade da indústria brasileira: uma análise de insumo-produto**. *Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil*, Elsevier, p. 545- 561, 2015.

VAZQUEZ, Juan Noyola. **El Desarrollo Económico y la Inflación en México y otros Países Latinoamericanos**. 1. Ed. Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México, 1956.